

Florianópolis, 10 de dezembro de 2020.

**A comissão permanente de análise de estudo de Impacto de Vizinhança (CEIV) do
Município de Balneário Camboriú/SC**

REF: Parecer Técnico 049/2020 - CEIV.

Processo Administrativo: 2019030621

Cumprimentando-o cordialmente, em nome de Hanna Empreendimentos Imobiliários S/A, empresa inscrita no CNPJ 13.153.948/0001-29, viemos por meio deste, submeter à análise técnica da CEIV, as respostas ao Parecer 049/2020, bem como uma via impressa e uma via digital da segunda versão do Estudo de Impacto na Vizinhança – EIV do empreendimento residencial, cuja implantação é pretendida para acontecer em terreno de DIC nº 37.871, localizado na Rua José Manir Lucca, n 63 bairro Pioneiros, Balneário Camboriú/SC.

As repostas aos itens do Parecer 049/2020 são apresentadas a seguir:

1. Referente ao “item 1.4 – identificação da Equipe Técnica” deverá apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica, ou equivalente, de todos os envolvidos. Inclusive deverá apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica, ou equivalente, do responsável técnico pela elaboração do Estudo de Tráfego;

2ªAnálise: A Engenheira Ambiental Amanda Rafaela Schmidt emitiu a ART com a atividade técnica “Elaboração e “Ordenamento Ambiental”, sobre o objeto “Tráfego”,

quanto a sua atribuição/habilitação em emitir ART sobre EIT, solicita-se documento do CREA/SC no qual ateste que as atividades técnicas integrantes na ART nº 7417412-6, e em especial ao conteúdo do campo "observações", em conformidade com a legislação profissional que regula o exercício profissional;

Resposta: Com relação a questão da ART de tráfego, a profissional tem a atribuição, "tráfego" como atividade técnica. no roll de suas atribuições "tráfego" - Código A0530, evidenciando que possui habilitação legal para tal atividade, o próprio sistema de preenchimento de ART do sistema CREA/CONFEA deixa disponível para seleção somente as atribuições as quais o profissional dentro de sua formação tem habilitação para executar e consequentemente assinar sobre sua responsabilidade.

4. Atividade Técnica			
Elaboração	Laudo	Da Gestão Ambiental	Mensuração
Ruídos e Vibrações - Não Ocupacionais			
Elaboração	Do Ordenamento Ambiental	Dimensão do Trabalho: 1,00	Unidade(s)
Tráfego			
		Dimensão do Trabalho: 1,00	Unidade(s)

Além disso anexa a este ofício Parecer do CREA referente há um processo de validação das atribuições apresentado junto ao Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis – IPUF.

- No item 2.9.5 – Drenagem deverá apresentar a metodologia de cálculo (norma ABNT 10844), distribuição temporal, o volume a ser lançado na rede pluvial pública e o projeto do reservatório para reaproveitamento.

2ª Análise: Atendida parcialmente, devendo apresentar a distribuição temporal (com referência dos dados), o volume a ser lançado na rede pluvial pública e o cálculo fundamentado do volume do reservatório de águas pluviais (volume de 70.080 l). Dentro deste mesmo contexto, foi apresentado no projeto hidrossanitário (prancha 09) a descrição do "Reservatório" de Águas Pluviais ($v = 70.080,00$ l) com extravasor para a rede pública de drenagem e, no item 4.2.2.1 cita como medida mitigatória o "reaproveitamento de águas de chuva", porém no projeto apresentado não foi observada nenhuma instalação para uso de águas pluviais no empreendimento. Esclarecer.

Resposta: O projeto arquitetônico e Hidrossanitário foram revisados e são reapresentados na versão para 3ª análise. O empreendimento utilizará água das chuvas porém somente para torneiras de jardins no térreo e no pavimento lazer.

7. Deverá apresentar Consulta de Viabilidade e Autorização de Terraplanagem – SEMAM, completas, visto que nos anexos só foi apresentada a primeira página de cada documento. Assim como deverá verificar a validade das viabilidades.

2ª Análise: Atendido parcialmente. Foi apresentada a complementação da Viabilidade SEMAM nº1427/2017, não sendo apresentada a autorização de Terraplanagem. Assim como a LAI apresentada, encontra-se vencida e, é de empreendimento com características diversas do empreendimento objeto deste parecer. Rever.

Resposta: É apresentado o ofício de dispensa da licença de Terraplanagem no Anexo 9.16. Quanto a LAI solicita-se que esta esteja condicionada ao Alvará de Construção.

9. Apresentou somente duas pranchas do Projeto Hidrossanitário, também com população estimada divergente das demais informações prestadas no estudo. Deverá apresentar o dimensionamento com os ajustes dos dados (estudo X projeto), incluindo reservatório de "reaproveitamento" e descrição das "estruturas simplificadas para tratamento de água de chuva (citada nas medidas mitigadoras);

2ª Análise: Atendido parcialmente, apresentou as pranchas do projeto hidrossanitário. Quanto ao cálculo da população apresentado no projeto deverá rever, pois considerando o número de quartos de 392 (dois habitantes por quarto: $392 \times 2 = 784$ pessoas) e aplica nos cálculos o valor de 384 pessoas. Ainda, não demonstrou em projeto as instalações para o reaproveitamento das águas pluviais (apresentou somente a locação do reservatório de águas pluviais e extravasor direcionando a rede pública de drenagem), assim como não apresentou a descrição e detalhamento das "estruturas simplificadas para tratamento da água de chuva" (citada nas medidas mitigadoras). Deverá identificar no Projeto Hidrossanitário a utilização de água de reuso/reaproveitamento das águas pluviais, definindo os pontos de uso (finalidade),

sendo necessária a aprovação pela EMASA com relação a utilização de água da chuva para este fim.

Resposta: O projeto Hidrossanitário foi revisado com relação a população estimada, o projeto revisado é apresentado no anexo 9.13 do EIV, nas plantas do projeto hidrossanitário é apresentada planta e corte da cisterna de armazenamento de água da chuva, que serão utilizadas nas torneiras de jardim do pavimento térreo e no pavimento lazer , com relação a aprovação da EMASA a mesma apresentou a seguinte resposta:

Não tem um volume definido o que sempre é exigido pela prefeitura e pela EMASA é que o volume seja igual ao reservatório inferior e também não é exigido por lei o reaproveitamento da água de chuva só a contenção pra diminuir o volume de despejo imediato na rede pluvial.

Dessa forma não é necessário alterar o hidrossanitário e o projeto deve retornar a comissão dessa forma.

10. Deverá apresentar as viabilidades de atendimento da CELESC e Ambiental;

2ª Análise: Atendido parcialmente. Não foi apresentada a Viabilidade Ambiental.

Resposta: A viabilidade da Ambiental para os resíduos sólidos é apresentado no Anexo 9.15 do EIV.

11. Referente ao item "2.12 Sistema Viário e o Empreendimento" a CEIV tem as seguintes considerações:

11.2 Corrigir o número de vagas PNE para 8, sendo uma de uso comum, conforme estabelece a legislação vigente;

2ª Análise: Atendido parcialmente, pois no projeto arquitetônico essas vagas não estão indicadas.

Resposta: O projeto foi revisado e as vagas estão demarcadas no projeto conforme segue no Anexo 9.8 nas plantas 1,2,3 e 4.

11.5 Realizar contagem na R. Miguel Matte (nos cruzamentos das vias de acesso de veículos) e fazer os cálculos necessários subsequentes (considerar ciclistas na contagem);

2ª Análise: Corrigir o resultado da equação do NS na página 139, de 0,48 para 0,27.

Resposta: Contemplado. O resultado da equação do NS foi corrigido na versão revisada do EIV e encaminhada para a 3ª análise da CEIV.

11.6 Indicar no projeto onde será realizada a operação de carga/descarga na fase de operação do empreendimento;

2ª Análise: Corrigir a Figura 31, pois nela foi indicado que as vagas serão para visitantes onde estão projetadas as de carga/descarga.

Resposta: Contemplado. A respectiva figura foi corrigida indicando o local de carga e descarga, vagas de visitantes e vaga de embarque/desembarque na versão revisada do EIV e encaminhada para a 3ª análise da CEIV.

11.8 Levantar o número de viagens de funcionários atraídas pelo empreendimento e o modal a ser utilizado;

2ª Análise: Atendido. Recomenda-se como mitigação ao impacto no transporte coletivo a implantação de um abrigo de passageiros na Rua Miguel Matte, conforme o projeto BC BUS.

Resposta: As medidas mitigadoras para o aspecto "Geração de Tráfego e demanda por Transporte Público" são descritas no item 4.2.3 do EIV.

11.9 Analisar os raios de giro do veículo tipo (fase de implantação, com caminhões, e fase de operação) e intervenções necessárias nas interseções das R. José Venâncio dos Santos, Rua Francisco C. Silva e R. Miguel Matte que fazem parte das rotas de chegada ao empreendimento.

2ª Análise: Como medida mitigatória para as situações apresentadas, projetar e implantar um binário constituído pelas Ruas Francisco C. Silva e R. José Venâncio dos Santos, da seguinte forma: Rua Francisco C. Silva (sentido único – da Rua Miguel Matte para a R. José Manir Luca), R. José Venâncio dos Santos (sentido único – da R. José Manir Luca para a R. Miguel Matte). Ainda serão necessárias as medidas citadas no relatório: sinalização, restrição de horário (permitido somente fora dos horários de pico da via – corrigir isso na página 153, no primeiro parágrafo, que considera apenas hora-pico) e bloqueio de faixa. Para a implantação dessas medidas (exceto restrição de horário), solicitar autorização à BC Trânsito (Autarquia municipal de Trânsito).

Resposta: Contemplado, foi corrigida a informação da página 153 e foi elaborado projeto de Binário para a fase de obras conforme as especificações apontadas pela CEIV, apresentado no Anexo 9.17.

12. Na Matriz Quali-quantitativa foram relacionados os "ASPECTOS", na coluna "impactos" deverão ser relacionados os IMPACTOS (efeitos negativos e positivos) relacionados aos aspectos. Ou seja, os impactos reais a serem considerados devem estar inseridos nos "aspectos" indicados no Termo de Referência da LC24/2018. Devendo, os impactos, serem nominados e descritos detalhadamente, dentro dos seguintes aspectos, podendo serem incluídos outros:

- I – adensamento populacional
- II – equipamentos urbanos e comunitários;
- III – uso e ocupação do solo;
- IV – valorização imobiliária;
- V – geração de tráfego e demanda por transporte público;
- VI – ventilação e iluminação
- VII – paisagem urbana e patrimônio natural e cultural
- VIII – ruídos
- IX – emissões atmosféricas;
- X – interferência na infraestrutura urbana;
- XI – interferências no ambiente natural;
- XII – geração de resíduos;

Deverá apresentar a matriz com os impactos descritos, contemplando todos os atributos e valorações conforme a TABELA 1 (atributos e critérios e valores utilizados na qualificação dos impactos) do Termo de Referência (Anexo I da LC 24/2018).

2ª Análise: A CEIV faz as seguintes colocações sobre os impactos:

12.1 No item 4.2.2.1 do EIV:

12.1.1. Recomenda-se classificar os impactos individualmente para cada equipamento impactado (no que couber), e suas respectivas medidas mitigadoras, ou

seja, realizar a subdivisão dos equipamentos de infraestrutura urbana conforme o item 3.4 do TR (energia elétrica, esgoto sanitário, água, resíduos sólidos, telecomunicação, drenagem);

Resposta: Contemplado, foram revisados os impactos inerentes ao aspecto equipamentos urbanos classificando-os individualmente para cada equipamento impactado.

12.1.2. Deverá justificar a aplicação de 50% de mitigação;

Resposta: Os cálculos de mitigação foram revistos e recalculados conforme os impactos individualizados dos equipamentos urbanos.

12.1.3. Apresentar os "Programas" mencionados como medidas mitigadoras de "Racionalização do Uso da Água e Energia Elétrica";

Resposta: O programa de racionalização de uso da água foi substituído por métodos de redução do consumo de água, como, aeradores, controladores e redutores de vazão, torneiras com acionamento e desligamento automático nas áreas comuns do empreendimento, assim como manutenção e inspeção periódica do sistema de abastecimento de água do empreendimento para evitar e prevenir vazamentos e desperdício de água.

O programa de racionalização de consumo de energia elétrica foi substituído pela utilização de equipamentos de racionalização de energia elétrica, como lâmpadas de menor consumo e sensores de presença nas áreas comuns do empreendimento.

12.2 No item 4.2.2.2 "Aumento da Demanda e Pressão sobre os Equipamentos Comunitários", também, recomenda-se classificar os impactos individualmente para cada equipamento impactado (no que couber), e suas respectivas medidas mitigadoras, ou seja, realizar a subdivisão dos equipamentos de infraestrutura urbana conforme o item 3.5 do TR (Saúde, Cultura, Esporte e Lazer, Patrimônio Histórico e Cultural, Praças, Áreas verdes e espaços públicos);

Resposta: Contemplado, foram revisados os impactos inerentes ao aspecto equipamentos comunitários classificando-os individualmente para cada equipamento impactado conforme o item 3.5 do TR.

12.3 No item 4.2.4 do EIV:

12.3.1. Para o impacto de "Aumento do tráfego de veículos e da demanda por transporte público", cita a ocorrência do impacto tanto na implantação quanto na operação, mas na Matriz foi levado em consideração somente na operação. Observamos que nas duas fases ocorre o impacto, apesar de ser em formas diferentes (na implantação cita: "A entrada e saída dos veículos pesados têm o potencial de causar interferências no trânsito local... locomoção vagarosa. A presença de veículos pesados também pode representar maior risco de acidentes com pedestres". Deverá inserir impactos na matriz de acordo com a ocorrência nas fases de implantação e operação.

Resposta: Contemplado, foram revisados os impactos inerentes ao Aumento de tráfego de veículos e da demanda por transporte público, assim como as medidas mitigadoras.

12.3.2. Cita que na " fase de operação do empreendimento inevitavelmente haverá um aumento da entrada e saída de veículos na área" e como medida mitigadora " Implantação de Programa de Prevenção de Problemas para o Sistema Viário e Tráfego Local; Ampliação da sinalização de tráfego existente; Implantação de Ciclovias; Arborização das vias com espécies nativas; Implantação de Programas para incentivo ao uso do transporte público. E programa de incentivo ao uso de bicicleta".

12.3.2.1. Deverá apresentar os programas: "Programa de Prevenção de Problemas para o Sistema Viário e Tráfego Local", de "Incentivo ao Uso do Transporte Público" e de "Uso de Bicicleta".

Resposta: Os programas mencionados foram substituídos por outras medidas mitigadoras como; sinalização de entrada e saída de veículos, todas as manobras de caminhões devem ser realizadas dentro do canteiro de obras, os caminhões não deverão ficar estacionados na via, a logística deverá ser adequada para evitar os horários de pico das vias de acesso ao empreendimento evitando a acumulação dos mesmos nas vias. Disponibilização de transporte coletivo particular para deslocamento de trabalhadores da obra. sinalização de entrada e saída de veículos, acesso interno para carga e descarga e de passageiros, Ampliação da sinalização de tráfego existente,

acesso de pedestres realizado por via diferente do acesso de veículos, acesso de caminhão de coleta de lixo por via diferente do acesso de veículos do empreendimento, bicicletário com 200 vagas.

12.3.2.2. Apresentar o plano de implantação de ciclovias (localização, extensão, projeto)

Resposta: As medidas de mitigação foram revisadas e a implantação de ciclovias foi retirada das medidas mitigadoras, considerando como medida mitigadora para o aumento do tráfego o bicicletário com 200 vagas no empreendimento e a rede cicloviária já existente do município.

12.3.2.3. Apresentar o plano de Arborização das vias com espécies nativas e esclarecer como o mesmo mitigará o impacto "Aumento do tráfego de veículos e da demanda por transporte público"

Resposta: As medidas de mitigação foram revisadas e esta medida foi retirada das mitigações do referido impacto.

12.4 Na descrição dos impactos (no item 4.2 e suas subdivisões) verificou-se que em alguns subitens estão descritos outros impactos que não foram descritos na Matriz (ex.: no item 4.2.4, cita os impactos de poluição do solo, poluição das águas superficiais, ambos não foram abordados na matriz);

Resposta: A descrição dos impactos foi revisada e a citação foi retirada da referida descrição, visto que não cabe ao impacto "Aumento do tráfego de veículos e demanda por transporte público".

12.5. No item "4.2.5 Impacto sobre o Aspecto Ruídos":

12.5.1. Cita o impacto "Aumento da poluição Sonora", na fase de implantação, tendo como medida mitigadora o cumprimento da legislação vigente e a implantação do Programa de Controle da Emissão de Ruídos. Apresentar o referido programa.

Resposta: O Programa de Monitoramento de Ruído é apresentado no item 5 no EIV subitem 5.1.

12.5.2. No item 4.2.5 não foi levado em consideração o impacto ruído sobre a fauna (pois no próprio lote há área de Mata Atlântica), pois o mesmo leva ao afugentamento da fauna. Rever.

Resposta: Foi acrescentado o impacto "Afugentamento da Fauna devido a emissão de ruído da Obra" na matriz de impactos e na descrição no item 4.2.5.2.

12.6 No item "4.2.7 Conflitos de Uso e Ocupação do Solo":

12.6.1. Cita como medida mitigadora "Atender ao Plano Diretor Municipal e demais legislações ambientais e urbanísticas vigentes, evitando assim, conflitos no uso do solo", a CEIV entende que o cumprimento da legislação vigente é obrigação, não sendo considerada medida mitigadora. Rever.

Resposta: O item foi revisto e a medida citada foi retirada do EIV.

12.6.2. Apresentar o "Programa de Comunicação Social";

Resposta: O Programa é apresentado no item 5 subitem 5.2 Programa de Comunicação Social

12.7. No item "4.2.9 Impactos sobre o Aspecto Paisagem Urbana e Patrimônio Natural e Cultural":

12.7.1. Para o impacto "Alteração da Paisagem", cita como medida mitigadora "Implantação de um projeto urbanístico integrado ao ambiente de entorno". Apresentar o referido projeto;

Resposta: O impacto foi revisado não cabendo ao mesmo medidas que efetivamente irão minimizar ou mitigar o mesmo.

12.7.2. No mesmo impacto (alteração da paisagem) traz dentro das medidas mitigadoras a "Implantação de paisagismo com replantio de árvores e folhagens para recomposição da paisagem empregando espécies nativas também é aconselhável. A CEIV reitera que as medidas devem ser efetivas, e não apenas um "conselho". Rever a expressão "aconselhável" e apresentar projeto paisagístico;

Resposta: O impacto foi revisado não cabendo ao mesmo medidas que efetivamente irão minimizar ou mitigar o mesmo. A expressão foi revista e retirada do EIV por entender-se que não cabe para mitigar o impacto.

12.7.3. Na pág. 202, faz a seguinte afirmação: "Quanto ao patrimônio natural e cultural o empreendimento não causará impactos visto que se insere no contexto tanto paisagístico como cultural do bairro, e não interfere em meio natural, apenas em zona de ambiente construído consolidado". Rever a afirmação, pois o empreendimento interfere na paisagem do meio natural, pois estará inserido em área composta por ZAN I (Mata Atlântica), apesar da área construída não estar prevista sobre a ZAN, é circunvizinha;

Resposta: O impacto foi revisado e a afirmação revista e corrigida no EIV.

12.8. No item "4.2.11 Aumento da Pressão sobre os ecossistemas naturais", na fase de implantação:

12.8.1. Faz a afirmação: "A área aos fundos do empreendimento onde existe uma zona de ambiente natural, não será utilizada pelo empreendimento, porém durante a implantação e operação poderá sofrer alguns impactos indiretos." Deverá descrever estes impactos e incluir na Matriz;

Resposta: Na afirmação foram citados os impactos descritos, como alteração da paisagem, afugentamento da fauna devido á ruídos da obra, colisão de avifauna com o empreendimento, afugentamento da fauna terrestre e inseridos na matriz em seus respectivos aspectos.

12.8.2. Como medida mitigadora cita o "Programa de Educação Ambiental", deverá apresentar o mesmo;

Resposta: O referido programa foi inserido no item 5 subitem 5.2 no EIV.

12.8.3. Referente ao impacto "Aumento da pressão sobre os ecossistemas naturais", cita como medida mitigadora: "Implantação de Programa de controle da Emissão de Ruídos. Apresentar programa;

Resposta: O referido programa foi inserido no item 5 subitem 5.1 no EIV.

12.8.3 No aspecto "Interferências no ambiente natural", na fase de operação, deverá analisar a ocorrência do impacto na fauna (incidência de iluminação artificial no período noturno no habitat, colisão de aves nos vidros da fachada, entre outros), sombreamento sobre a Mata;

Resposta: Foram inseridos no EIV os impactos referentes a Fauna como afugentamento da fauna terrestre e colisão de avifauna com o empreendimento no aspecto interferências no ambiente natural.

12.9. No item 4.2.12 "Impactos no Aspecto Interferências na infraestrutura urbana" traz o impacto "Tráfego de Veículos Pesados", devendo:

12.9.1. Os impactos referentes ao aspecto "interferência na infraestrutura urbana" (entrada e saída dos veículos pesados têm o potencial de causar maior desgaste do pavimento das vias) não devem ser confundidos com os impactos do aspecto "geração de tráfego" (interferência no trânsito local). Rever;

Resposta: O impacto foi revisto e substituído pelo impacto " Deterioração das vias públicas" condizente com o aspecto interferência na infraestrutura urbana"

12.9.2. Quanto às medidas mitigadoras descritas: apresentar projeto/plano da "Sinalização de Tráfego Preventiva" a ser adotada e informar quais os horários serão utilizados para o tráfego de veículos pesados;

Resposta: Com alteração do impacto referente ao aspecto "interferência na infraestrutura urbana" as medidas mitigadoras também foram revistas e alteradas, os horários para o tráfego de veículos pesados tanto para entrada como saída da obra deverão ocorrer fora dos horários de pico das vias do entorno especialmente a Rua Miguel Matte.

12.9.3. A CEIV entende que deverá apresentar medida mitigadora referente ao desgaste/deterioração do pavimento das vias;

Resposta: No impacto " Deterioração das Vias Públicas" foram apresentadas medidas mitigadoras como;

- Realizar as manobras e operações de carga e descarga somente dentro do canteiro de obras,

- impedir o estacionamento de caminhões em locais indevidos, prejudicando o tráfego local;
- Realizar a limpeza dos pneus na saída do canteiro de obras;
- Realizar a limpeza das vias se ocorrer derramamento de materiais ou solo do canteiro;
- Cobrir com lonas os caminhões e outros automóveis envolvidos na obra se houver retirada de materiais que possam cair nas vias públicas;
- Realizar a manutenção preventiva e corretiva de máquinas e equipamentos;
- Evitar o trânsito de máquinas, equipamentos e caminhões em horários de pico das vias do entorno;

Com o objetivo de minimizar e mitigar o desgaste e deterioração do pavimento das vias públicas.

12.10. As medidas mitigatórias devem ser efetivas para cada impacto e com aplicabilidade (prática);

Resposta: Todas as medidas mitigatórias foram revisadas buscando serem efetivas e práticas para que de fato minimizem ou mitigam os impactos apontados.

2ª Análise:

14. A paginação do " SUMÁRIO" não condiz com a disposição dos assuntos no estudo.

Resposta: Toda a paginação e itens e subitens foram revisados assim como o sumário, para que esteja de acordo com o número e pagina do seu respectivo item.

Estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,



Emerilson Gil Emerim
Diretor Técnico
Ambiens Consultoria e Projetos Ambientais EIRELI

Anexo I- Parecer CREA – Profissional Eng^a Amanda R. Schmidt



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA SANTA CATARINA

Florianópolis, 27 de junho de 2017.

OF. DRP Nº 5-170042447-3
ENGENHEIRA AMBIENTAL
AMANDA RAFAELA SCHMIDT
RUA PROF. CLÓVIS MENEL CALLIARI, 258
BAIRRO JOÃO PAULO
CEP – 88.030-355 – FLORIANÓPOLIS – SC

Referência: Consulta - Protocolo nº 5-170042447-3 – Crea-SC

Prezada Senhora,

Em atendimento ao Protocolo nº 5-170042447-3, deste Conselho, referente análise de atribuições técnica, informamos que o assunto em pauta foi encaminhado ao Departamento Técnico, deste Conselho, que deliberou conforme parecer:

Encaminhar a profissional requerente cópia do Ofício Projur nº 21-002/2017, deste Conselho, informando que o Crea-SC encaminhou ofício sobre os procedimentos de análise e aceitação de ART ao IPUF da Prefeitura Municipal de Florianópolis.

Assim sendo, estamos encaminhando cópia do Ofício Projur nº 21-002/2017 acima mencionado, para conhecimento.

Maiores Informações entrar em contato através do telefone (48) 3331-2000 – Crea-SC.

Atenciosamente,

Cristóvão Orlandi
Depto de Registro e Processos
Mt.076 - CREA-SC



CÓPIA

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

Ofício PROJUR 21-002/2017

Florianópolis, 09 de junho de 2017.

Ao Ilmo. Senhor
Dr. ILDO ROSA
Superintendente do IPUF
Prefeitura Municipal de Florianópolis
Praça Getúlio Vargas, nº 138
Florianópolis/SC
88020-030

Ref. Solicitação

Prezado Senhor,

Esta Procuradoria Jurídica recebeu, por intermédio do Departamento Técnico deste Conselho, manifestação da engenheira ambiental Amanda Rafaela Schmidt, no sentido de que teria tido uma ART – Anotação de Responsabilidade Técnica rejeitada pelo IPUF, relativa a um EIV - Estudo de Impacto de Vizinhança elaborado por ela em parceria com uma geógrafa para a empresa TRIPLICE ENGENHARIA LTDA. Essas informações constam do PARECER TÉCNICO DIPLA 068/2017 assinado pelo engenheiro civil CARLOS EDUARDO MEDEIROS e pela arquiteta e urbanista MARIANA CLARO FONSECA, ambos do IPUF.

O referido parecer entra em detalhes técnicos referentes ao EIV apresentado, os quais, evidentemente, estão fora do escopo do presente ofício. Somente nos interessa tratar da parte relativa à ART.

Consta da página 2 do Parecer:

No anexo I – encontra-se apenas uma ART, porém não consta na atividade técnica o EIV – estudo de impacto urbano nem sua coordenação, apenas nas observações é mencionado o estudo de impacto urbano.

Mais adiante, na página 3:

*Todas as afirmações e análises técnicas devem ser subscritas por profissionais legalmente habilitados nas áreas de urbanismo e planejamento urbano, com a apresentação das Anotações e/ou Registros de Responsabilidade Técnica e seus **códigos de atuação devidamente observados** quando dos preenchimentos de ARTs ou RRTs junto aos respectivos Conselhos de Classe Profissionais. Solicita-se que seja **apresentada a ART ou RRT de coordenação para o estudo apresentado (EIV)** e que os profissionais citados no estudo apresentem suas devidas responsabilidades. (grifos no original).*



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

Cada Conselho Profissional possui formas peculiares de anotar a responsabilidade técnica de seus profissionais pela elaboração de projetos e execução de obras e serviços. Por óbvio, as ARTs emitidas pelo Crea não serão idênticas às RRTs emitidas pelo CAU.

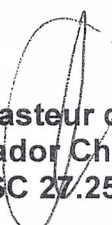
No modelo de ART adotado pelo Crea, o profissional anota os serviços correspondentes às atividades técnicas do EIV que foi elaborado, como, por exemplo: adensamento populacional, levantamento dos equipamentos urbanos no entorno do empreendimento, estudo de tráfego, valorização imobiliária, tipos de ocupação do solo etc. A partir daí, no campo “observações” constante da ART, ele pode anotar a expressão EIV seguida pelo nome do empreendimento, para ficar claro a quem o estudo se referiu. Não existe no nosso sistema um código específico para a atividade de EIV.

A ART é um documento público criado pela Lei 6.496/77, tendo como principal finalidade definir, para os efeitos legais, os responsáveis técnicos pelo empreendimento de engenharia ou agronomia (art. 2º da referida lei).

Todas as ARTs têm sua autenticidade certificada eletronicamente pelo Crea, podendo a consulta ser feita por qualquer cidadão na nossa página www.crea-sc.org.br. No caso de dúvidas sobre a anotação dos dados constantes de qualquer ART, pode-se encaminhar consulta ao e-mail art@crea-sc.org.br.

Do exposto, requeiro respeitosamente a Vossa Senhoria informar ao setor competente desse Instituto que a codificação da ART de nº 6116375-5 está de acordo com o projeto de EIV realizado para a empresa TRIPLICE ENGENHARIA LTDA, abstraindo-se as considerações de ordem técnica efetuadas no Parecer DIPLA 068/2017.

Atenciosamente,


Claude Pasteur de Andrade Faria
Procurador Chefe do Crea-SC
OAB/SC 27.253 – matr. 320

**CREA-SC**Conselho Regional de Engenharia,
Arquitetura e Agronomia de Santa Catarina

PROTOCOLO

5170042 447-3

REQUERIMENTO DE CONSULTA

Requerente

Amanda Rafaela Schmidt

Reg. No CREA-SC/ CPF/ CNPJ

12.6680-7

Logradouro

Rua Professor Clóvis Menel Caliar, 258

Bairro

João Paulo

Cidade

Florianópolis

UF

SC

CEP

88030-355

Telefone

47 992200211

Fax

Home Page

E-mail

amanda.r.schmidt@gmail.com

Venho por meio deste Consultar sobre:

Atribuições técnicas



Outro assunto: Eu, Amanda, engenheira ambiental, elaborei um Estudo de Impacto de Vizinha-

ça juntamente com uma geógrafa. Segundo a arquiteta do IPUF responsável pela análise do EIV, eng. ambiental e geógrafo não podem assinar pois não tem atividade técnica de "ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA" como tem no CAU. Porém no Decreto n 13.348/2014 e Termo de Referência 01-2003 disponibilizado pela SMDU para elaboração de EIV - diz somente que deve ser elaborado por profissional habilitado, porém não especifica o profissional. Além disso no Termo de Referência (TR) é voltado aos impactos ambientais, econômicos e de planejamento. Dessa forma o engenheiro ambiental tem atribuição para atividade técnica de estudo, gestão ambiental, coordenação de estudos na área de eng. ambiental, tráfego, ordenamento ambiental, planejamento e infra-estrutura urbana. Já o geógrafo tem a atribuição de "planejamento e gestão territorial - socio econômico". Ou seja, ambos os profissionais tem atribuição para elaboração de EIV. O que a arquiteta Mariana Claro do IPUF questiona é que no CREA deve aparecer o nome "Estudo de Impacto de Vizinhança" da mesma forma que aparece no "CAU" para que a mesma possa ter segurança jurídica ao emitir um parecer aprovando o estudo feito por um engenheiro ambiental e/ou geógrafo. Porém o CREA não tem nas atividades os estudos específicos como? EAS, EIA/RIMA, PGA, estudos esses que são as principais atuações do engenheiro ambiental mas não por isso os órgãos ambientais não aceitam a ART. A arquiteta Mariana do IPUF informou que para ela não importa o que está escrito nas observações e nem as atividades que não seja "Estudo de Impacto de Vizinhança". Desta forma solicito que o CREA insira esta atividade para o engenheiro ambiental e geógrafo no Creanet ou emita um ofício informando que os profissionais tem atribuições, e que as atividades de planejamento já comprovam a atribuição do profissional. Além disso ao meu ver a responsabilidade é do profissional e do CREA, sendo dessa forma a arquiteta do IPUF não deveria ter insegurança jurídica por apenas no CREA não ter essa atividade de mesmo nome

Amanda Rafaela Schmidt

Nome completo (Caso a consulta for de Pessoa Jurídica)

Amanda R. Schmidt

Cargo/função na empresa

Florianópolis

Local

30/05/2017

Data

Engenheira / Amanda R. Schmidt

Assinatura

Fabiano Biavatti

Atendente

Departamento de Atendimento
CREA-SC Niterói

Local do Atendimento

Para uso exclusivo do CREA-SC

30/05/17

Data

Carimbo com nome, cargo, função/ Assinatura